

Revista **a**

EVOLUÇÃO

Ano III, nº 28 - Maio/2022

ISSN 2675-2573



**A educação
por quem
a vive.**



Filada 2
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 28 - Maio de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Alexandre Passos Bitencourt

Andréia Fernandes de Souza

Vilma Maria da Silva

Organização:

Vilma Maria da Silva

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Ana Paula Brito Paixão

Anna Carolyn Lima Kecek Ruiz

Bruna Dias Campos

Fabiana Lemes da Silva

Ivan Aparecido da Silva

José Aparecido Santana

Marcia Muniz Brilhante de Toledo

Mônica Lara Marsura

Quitéria Maria da Silva Barros

Thais Fidelis de Paula Silva

Terezinha Joana Camilo

Viviane de Cássia Araujo



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.28>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 28 (maio 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

86 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Denise Mak
Isac dos Santos Pereira
Patrícia Tanganelli Lara
Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887
Whatsapp: (11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com
https://primeiraevolucao.com.br
São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com
Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/
https://pixabay.com
https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.



Filiada à:



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof^ª. Dra. Andréia Fernandes de Souza



COLUNA

6 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



ARTIGOS

1. A IMPORTÂNCIA DAS SALAS DE LEITURA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS LEITORES	9
Ana Paula Brito Paixão	
2. A RELEVÂNCIA DA ARTE NOS ANOS INICIAIS	15
Anna Caroliny Lima Kecek Ruiz	
3. A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA	23
Bruna Dias Campos	
4. RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E A AFETIVIDADE	29
Fabiana Lemes da Silva	
5. A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	37
Ivan Aparecido da Silva	
6. REFLEXÕES SOBRE DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	43
José Aparecido Santana	
7. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E A ARTE PARA A MELHOR IDADE	49
Marcia Muniz Brilhante de Toledo	
8. A ARTE E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	55
Mônica Iara Marsura	
9. O CORPO E O MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	61
Quitéria Maria da Silva Barros	
10. ALGUNS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	67
Terezinha Joana Camilo	
11. A CONTRIBUIÇÃO DO DESENHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	73
Thais Fidelis de Paula Silva	
12. TEA, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	81
Viviane de Cássia Araujo	

TEA, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

VIVIANE DE CÁSSIA ARAUJO

RESUMO: Os processos da educação inclusiva estão cada vez mais encontrando seu caminho nas discussões de políticas educacionais e educacionais. A legislação brasileira apresenta inúmeros desdobramentos sobre esse assunto, mas se você olhar para as escolas, nem todas conseguem alcançar a inclusão de forma satisfatória. Portanto, este artigo teve como objetivo discutir a questão do Apoio Educacional Especializado (AEE) voltado para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa tem caráter qualitativo e os resultados mostraram que os desafios que as escolas enfrentam e principalmente os professores é conseguir realizar o processo de inclusão e atividades diversificadas de forma satisfatória contribuindo para o desenvolvimento desses estudantes.

Palavras-chave: Acolhimento. Autismo. Desenvolvimento. Educação Especial. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão começou no exterior, pois até então as pessoas com deficiência, mulheres e negros, eram excluídas da sociedade. A ideia original era apenas incluir essa pessoa na sociedade sem se preocupar com seus direitos. No entanto, com o passar do tempo essa visão mudou e conforme a sociedade sofria, políticas públicas sobre o tema foram criadas para permitir a verdadeira inclusão.

Com o tempo, outros países começaram a despertar para o assunto. A diversidade, a inclusão e a Educação Especial passaram a fazer parte das discussões relacionadas ao ambiente escolar, preservando direitos a fim de garantir uma educação de qualidade, que desenvolva a autonomia desses estudantes.

No começo, a inclusão ocorria apenas para integrar o estudante naquele ambiente. Com a Declaração de Salamanca, houve a discussão de matriculá-los em classes regulares comuns, além de uma metodologia de ensino voltada para o educando, transformando assim o cenário educacional.

O problema é que ainda nos dias de hoje, é possível encontrar muitas escolas, que enfrentam dificuldades para que a inclusão realmente aconteça. Por isso, o presente trabalho discute as perspectivas e os desafios enfrentados nas escolas públicas quanto ao processo de inclusão, o que envolve a todos os estudantes independente de se ter algum tipo de deficiência ou não.

Assim, para a presente pesquisa, a metodologia utilizada foi a de caráter qualitativo, sendo realizada pesquisa bibliográfica a respeito do tema.

O PROCESSO DE INCLUSÃO

No início:

Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram se expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive o Brasil. (MAZZOTA, 2005, p. 17)

No Brasil, a situação começou a mudar apenas no século XIX. Inicialmente, foram criados centros especializados para o seu tratamento. Em 1854 foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Três anos depois, o Instituto para Surdos e Mudos. Inicialmente, essa instituição era privada, mas após a aprovação da Lei nº 939/1956, a instituição passou a atender também pessoas de baixa renda. Em

1926 foi fundado o Instituto Pestalozzi para ajudar os deficientes mentais.

Quanto ao Instituto Benjamin Constant (IBC), pode-se destacar:

Em 1947, o Instituto Benjamin Constant, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, realizou o primeiro Curso de Especialização de Professores na Didática de Cegos. No período de 1951 a 1973, passou a realizar tal curso de formação de professores em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (MAZZOTA, 2005, p. 33).

Em 1954, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) com o objetivo de atender diversos tipos de deficiência. Portanto, o ambiente escolar também precisou ser modificado, ampliando seu atendimento e estimulando as pessoas que frequentavam a escola a se desenvolverem por meio de atividades criativas para o mercado de trabalho. Assim foi criada a primeira oficina de atividades para trabalhar com marcenaria, que levou à inclusão dessas pessoas na sociedade da época:

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados desse século. (MAZZOTA, 2005, p. 15)

Em 1994 foi produzido um documento baseado na discussão que teve lugar na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca (UNESCO). Entre outras coisas, o documento levantou a necessidade de colocar pessoas com deficiência em salas de aula compartilhadas. Outros temas discutidos na conferência também podem ser destacados, como: a Convenção da Guatemala que introduziu em seu texto a discussão sobre a eliminação de todas as formas de discriminação e a plena promoção da integração das pessoas com deficiência na sociedade.

Também define discriminação como qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em qualquer tipo de deficiência que impeça ou anule o reconhecimento ou exercício dos direitos humanos e suas liberdades fundamentais. Esta Convenção foi ratificada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. Na área da educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi elaborado em 2001 com os seguintes aspectos em mente:

O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. O documento ainda discute as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar como a falta de formação continuada dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não contribuem para a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007, p. 3).

A partir desse momento foi possível criar novas leis, decretos, normas, documentos orientadores e outras políticas públicas para garantir os direitos das pessoas com deficiência para que possam ser incluídas de uma vez por todas na sociedade e no campo da educação.

FALANDO SOBRE TEA

O primeiro estudioso a discutir o autismo foi o médico austríaco Kenner nos Estados Unidos. Este estudo começou observando características de alguns de seus pacientes, descritas em um estudo clássico em 1938. Neste trabalho foram descritas onze crianças com o mesmo transtorno: oito meninos e três meninas (KANNER, 1943). Era assim que as pessoas com autismo eram vistas naquela época:

O autismo era objeto de hipóteses mecanizadas por biólogos, geneticistas e psicanalistas. Então, permanece um mistério a sua verdadeira origem e sua evolução. Sendo assim, e sem dúvidas difíceis determinar se a manifestação é ativa ou voluntária dessas crianças, se tem posição com deficiências biogenéticas cujas origens ainda são ignoradas de modo que se articulam, entre si criando desordem e anarquia no universo dessas crianças (AMY, 2001, p. 19).

Kohane *et al.* (2012) caracteriza o autismo como um transtorno que causa dificuldades de socialização e comunicação e se manifesta no desenvolvimento infantil desde a mais tenra idade. Pessoas com essa síndrome apresentam diferenças de comportamento, o que pode indicar a presença do transtorno. O problema está associado a uma gama de características que apresentam graus variados de gravidade e associação com outros tipos de transtornos, resultando em indivíduos apresentando desafios diferentes para familiares, profissionais e educadores.

Daí a necessidade de desenvolver um trabalho individualizado com o auxílio de um profissional. Tardif (2000) argumenta que a educação de autistas normalmente segue o modelo difundido por organizações de pesquisa, como o Council for Exceptional Children (CEC, 2009), que oferece inúmeras oportunidades de trabalho com esses alunos que trazem diferentes habilidades que podem ser desenvolvidos por professores.

Observe que as crianças autistas aprendem de maneira diferente por causa da relação diferente entre o significado da informação e o que é processado no cérebro. A informação é recebida, mas não totalmente convertida em conhecimento.

Portanto, o professor deve entender as diferenças de cada indivíduo, pois, as crianças autistas também precisam aprender. Assim, para facilitar esse processo, foi elaborada a Nota Técnica, que descreve a utilização de uma Prática Baseada em Evidências (PBE) apontando a aquisição de conhecimento teórico-metodológico na área de tecnologia assistiva com o objetivo de complementar à comunicação (BRASIL, 2013, p. 3).

No Brasil cabe ressaltar que não há documentos que regulem a obrigatoriedade da implantação da PBE nas escolas. Nascimento e col. (2016), argumenta que os documentos da Secretaria de Educação que abordam especificamente estratégias educacionais para o ensino de estudantes autistas ainda são escassas.

Nos Estados Unidos esses padrões funcionam muito bem, mas no Brasil as lacunas são bastante acentuadas. Azevedo (2017) apontou em revisão bibliográfica que menos de 20% dos profissionais da educação possuíam formação específica ou continuada em educação especial e não foram encontrados registros de formação específica para transtornos do espectro autista (TEA):

Se por um lado estas mudanças nas concepções incitam a criação de novas expectativas educacionais por parte das pessoas com deficiência, das suas famílias e da sociedade em geral, além de incitar a reavaliação dos projetos pedagógicos das unidades escolares, em específico, dos seus objetivos e dos sistemas de avaliação, em todos os níveis; por outro, projetam uma perspectiva muito otimista para a educação especial, considerando como ela tem se desenvolvido até agora [...] (FERREIRA, 2002, p. 98).

Portanto, no Brasil ainda existem escolas e profissionais despreparados para atender estudantes autistas e a falta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para acompanhá-los e assim auxiliar no seu desenvolvimento. Portanto, as habilidades das crianças autistas devem ser levadas em consideração desde o início do trabalho educativo:

No caso do autista, o que está em jogo são as habilidades. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as inabilidades (...). Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde (BASÍLIO e MOREIRA, 2014 p. s/n).

Dessa forma, o trabalho com autistas deve envolver a todos:

Para além da relação professor aluno, as estratégias inclusivas devem acionar a comunidade escolar e os familiares dos estudantes. “É importante garantir momentos para que todos discutam a questão e possam pensar de forma conjunta ações concretas para que a inclusão aconteça”, recomenda o educador (BASÍLIO e MOREIRA, 2014 p. s/n).

Para que isso aconteça, é necessário que as famílias tenham apoio para que se sintam empoderadas para ajudar seus filhos, dando-lhes mais oportunidades, perspectivas e autonomia. Também precisamos considerar que outras crianças são diagnosticadas com TEA tardiamente, o que de qualquer forma, deve ter seus direitos respeitados e garantidos, além de uma educação de qualidade:

Por isso, mais do que a aprendizagem em si, é preciso se ater à qualidade de ensino oferecida. “É necessário um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno e que proponha atividades diversificadas para todos e considere o conhecimento que cada aluno traz para a escola”, sugere Maria Teresa. A educadora aponta que é fundamental se afastar de modelos de avaliação escolar “que se baseiam em respostas pré-definidas ou que vinculam o saber às boas notas”, critica (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.)

Pode-se dizer que o professor deve estar preparado para este trabalho, sabendo que é um processo que deve ser contínuo. Atividades de lazer, jogos e brincadeiras estimulam a coordenação motora e também auxiliam na interação social com outros colegas, o que a faz se sentir incluída no ambiente que visita:

Quanto mais significativo para a criança forem os professores, maiores serão as chances dela promover novas aprendizagens, ou seja, independente da programação estabelecida, ela só ganhará dimensão educativa quando ocorrer uma interação entre o aluno autista e o professor (SCHWARTZMAN e ASSUNÇÃO JUNIOR, 1995).

Significa dizer que o trabalho diferenciado faz toda a diferença na vida dos estudantes. O processo de inclusão deve atingir a todos trazendo oportunidades de aprendizagem. A escola deve estar comprometida com o desenvolvimento e abordar o processo de inclusão, materiais e métodos de ensino que possam significar uma aprendizagem individualizada, levando em consideração as necessidades específicas desses estudantes. Deve-se ter em mente que diferentes estratégias são de extrema importância para a inclusão no ambiente escolar:

Criar e organizar estratégias que percebam as questões individuais e de grupo, que permeiam o processo de aprendizagem, e utilizá-las a seu favor, seja como pistas para estudo e pesquisa, seja como produção de práticas pedagógicas que tencionem permanentemente os processos de ensino e aprendizagem implementados em sala de aula (HATTGE e KLAUS, 2014, p. 330).

Assim, se requer um desenvolvimento baseado em conhecimentos teóricos, práticos e científicos, que beneficiem o trabalho docente, e que se tenha os direitos educacionais garantidos. As possíveis dificuldades observadas são denotadas principalmente pelo grupo social em que estão inseridos, onde investimentos em educação levam à visão predominante do desenvolvimento inferior em relação às crianças (CRUZ, 2014, p. 60).

Também é necessário que as habilidades das crianças sejam levadas em consideração para que ela se desenvolva. O professor pode contribuir para o desenvolvimento social da criança por meio do uso de recursos disponíveis relacionados à socialização, aquisição e comunicação da linguagem e adaptação comportamental (SILVA, 2012, p. 158).

Deve-se também desenvolver com as crianças a prática da tolerância, da paciência, da solidariedade e da confiança para que a criança se sinta acolhida tanto pelo professor quanto pela turma em que está matriculada: [...] ser levados em conta, por exemplo: as dificuldades de comunicação dos autistas e as mudanças bruscas de humor dessas crianças. (PEREIRA, 2009, s/p)

Para muitos, no entanto, a inclusão ainda é uma questão clara e um desafio. As peculiaridades relacionadas às deficiências aliadas ao desenvolvimento de uma prática pedagógica não direcionada, só contribuem para a dificuldade de um trabalho de intervenção adequado para as crianças (MATOS e MENDES, 2014).

O envolvimento da família na escola ajuda a determinar o sucesso ou fracasso do processo de inclusão na escola. Infelizmente, muitas vezes as famílias não compreendem a importância de se acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), acreditando que se seu filho participar, tudo ficará bem. Para que essa interação ocorra, é necessário fortalecer a formação de professores e criar uma rede de apoio entre professores, gestores e principalmente famílias para um retorno efetivo à educação inclusiva de qualidade.

Além disso, o envolvimento das famílias deve ser visto como parte importante do trabalho e do planejamento educacional (CASTRO e REGATTIERI, 2009). Entrevistas com as famílias, enfatizando o

papel da escola no apoio social à família, afeta diretamente o desenvolvimento da criança (POLONIA e DESSEN, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa, é possível concluir que O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da Educação Inclusiva têm avançado, principalmente voltadas para a questão das políticas públicas, e o desenvolvimento dos estudantes.

Assim, em sala de aula é preciso que o professor proponha diferentes estratégias para trabalhar com os estudantes de modo a que a inclusão realmente aconteça. Garantir a aprendizagem a todos é essencial, bem como desenvolver a tolerância, a paciência, a solidariedade, a amizade e principalmente a confiança para que os estudantes se sintam apoiados e acolhidos.

Assim, deve-se oportunizar o desenvolvimento de diferenças e habilidades, dando-lhes independência e autonomia para que seja capaz de se socializar e aprender plenamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMY, M.D. **Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação terapêutica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- AZEVEDO, M.O. **Práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: uma revisão integrativa da literatura**. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017, 153 p.
- BASILIO, A.; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão**. 2014. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Nota Técnica n. 24/2013/MEC/SECADI/DPE**. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, 2013.
- BRASIL. **Portaria normativa nº 13**. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817. Acesso em 16 jun. 2020.
- CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. **Interação Escola família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.
- CRUZ, T. **Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular**. Jundiaí: Paco editorial, 2014.
- COUNCIL FOR EXCEPTIONAL CHILDREN. **What every special educator must know: ethics, standards, and guidelines for special education**. Arlington, VA: Council Exceptional Children, 2009.
- FERREIRA, N.S.A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação e Sociedade**. Ano XXIII, n. 79, ago, 2002.
- HATTGE, M.D., KLAUS, V. A Importância da Pedagogia nos Processos Inclusivos. **Revista Educação. Especial** | v. 27 | n. 49 | p. 327-340 | maio/ago. 2014 Santa Maria. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X7641>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- KANNER, L. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. *Nervous Child*, 1943, n. 2, p. 217-250.
- KOHANE, I.S.; MCMURRY, A.; WEBER, G. **The Co-Morbidity Burden of Children and Young Adults with ASD**. *PlosOne* 7:e33224, 2012.
- MATOS, S.N.; MENDES, E.G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementações das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, Jan./Jun., 2014.
- MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005, 208 p.
- ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- SCHWARTZMAN, J.S.; ASSUMPCÃO JÚNIOR FB. Neurobiologia do autismo infantil. In: Schwartzman JS, Assumpção Júnior FB. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon; 1995. p 17-78.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

Viviane de Cássia Araujo

Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá, ESTÁCIO/UNISEB; Pós-Graduação Lato-Senso em nível de Especialização em Pedagogias Humanísticas pela Faculdade XV de Agosto, FAQ. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



ORGANIZAÇÃO:
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Ana Paula Brito Paixão
Anna Carolyn Lima Kecek Ruiz
Bruna Dias Campos
Fabiana Lemes da Silva
Ivan Aparecido da Silva
José Aparecido Santana
Marcia Muniz Brilhante de Toledo
Mônica Lara Marsura
Quitéria Maria da Silva Barros
Thais Fidelis de Paula Silva
Terezinha Joana Camilo
Viviane de Cássia Araujo



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

